

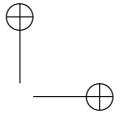
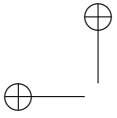
TRABALHO DE SI MESMO E ALIENAÇÃO NO OUTRO



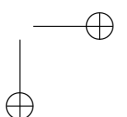
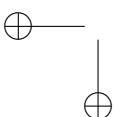
Artur Morão

2010

www.lusosofia.net



Este ensaio apareceu primeiramente no volume:
COELHO, Maria Zara S. Pinto (Org.), *Não poupes no
semear. Trinta anos de comunicação. Aníbal Alves*, Pé
de Página Editores, Coimbra, 2009, 35-45.





LUSOSofia:press

Covilhã, 2010

FICHA TÉCNICA

Título: *Trabalho de si mesmo e alienação no outro.*

Notas sobre o ensino da filosofia em Hegel

Autor: Artur Morão

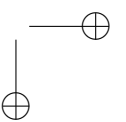
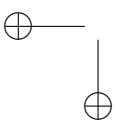
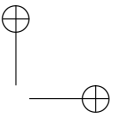
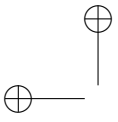
Colecção: Artigos LUSOSOFIA

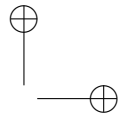
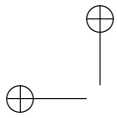
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2010



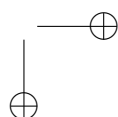
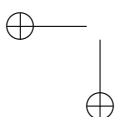


Trabalho de si mesmo e alienação no outro. Notas sobre o ensino da filosofia em Hegel

Artur Morão

I. Pressupostos da didáctica hegeliana da filosofia

Não deixa de ser oportuno, na consideração sobre o que é o ensino filosófico, na busca do seu significado e alcance, recorrer a Hegel. Primeiro, porque se ocupou da filosofia ao nível do ensino secundário (e enfrentou dificuldades e obstáculos não de todo diversos dos da hora presente); em seguida, porque se dobrou na reflexão e de forma recorrente sobre tal prática, a cujo respeito formulou, se bem que episodicamente, algumas directrizes interessantes. Não se irá, todavia, proceder *more hegeliano*, adoptando os pressupostos do seu idealismo, o jogo das suas oposições, o carácter orgânico que atravessa e imbui a sua visão do real, da cultura e da história, mas pretende-se apenas salientar certos matizes da vertente pedagógica implícita no seu sistema que ainda hoje, no seio da actual, fecunda e sempre perene discórdia filosófica, podem arrojear alguma luz sobre o tema que nos ocupa: o papel e a importância dos textos e problemas filosóficos no ensino da filosofia e na configuração do Si mesmo.



Oiçamos, pois, Hegel, na qualidade de reitor do Ginásio de Nuremberga, e em plena elaboração intelectual do seu sistema filosófico:

“Segundo a mania moderna, sobretudo da pedagogia, não importa tanto instruir-se no *conteúdo* da filosofia quanto *aprender a filosofar sem conteúdo*; isto significa mais ou menos o seguinte: é preciso viajar, viajar sempre, sem chegar a conhecer as cidades, os rios, os países, os homens, etc.

Em primeiro lugar, quando se conhece uma cidade e, em seguida, se chega a um rio, a outra cidade, etc., aprende-se, sem mais, deste modo a viajar; não só se aprende, mas efectivamente já se viaja. Assim, ao chegar-se a conhecer o conteúdo da filosofia, aprende-se não só o filosofar, mas efectivamente já se filosofa. Também o fim do próprio aprender a viajar seria apenas chegar a conhecer cidades, etc., o *conteúdo*¹

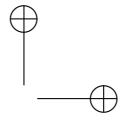
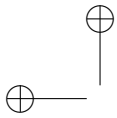
Descobre-se de imediato que Hegel tem da filosofia uma concepção substantiva, conteudal e também problematológica. Por outro lado, revela algum tacto educativo provado na experiência docente. Ao reflectir sobre a sua actividade didáctica, durante os anos de reitorado, sublinha que a receptividade dos jovens alunos se mostrou maior em face da doutrina do Direito (“a mais simples e abstracta consequência da liberdade”)², da Moral e, por fim, da Religião, ao passo que o acesso à Lógica se revelou eivado de dificuldades. Deixou por isso de fazer desta, na sua prática docente, o pórtico de entrada no reino filosófico. E conclui que os conceitos daquelas disciplinas são um objecto “conveniente para constituir o início da introdução à filosofia”³, propondo a seguinte justificação:

“[Tais conceitos] são simples e possuem ao mesmo tempo uma especificação que os torna inteiramente acessíveis à idade desta

¹“O ensino da filosofia nos ginásios” (1812), in: *Propedêutica filosófica*, trad. port. de A.Morão, Lisboa, Edições 70, 1989, p. 371. O texto encontra-se agora disponível em ficheiro-pdf no electro-sítio da [LusoSofia](http://www.lusosofia.net).”

² *Ibidem*, p. 366.

³ *Ibidem*.



Classe; o seu conteúdo é apoiado pelo sentimento natural dos alunos, possui uma *realidade efectiva* no seu íntimo, pois é a vertente da própria realidade interior⁴.”

Acerca da Lógica, pelo contrário, afirma:

“Tem um conteúdo mais abstracto e, sobretudo, mais afastado da imediata realidade efectiva do íntimo, um conteúdo meramente teórico. Liberdade, Direito, Propriedade, etc., são determinações práticas com que diariamente lidamos e que, para lá da existência imediata, têm também uma existência sancionada e uma validade real. As determinações lógicas de universal e particular, etc., são, para o espírito ainda não versado no pensar, sombras frente ao efectivamente real, a que ele recorre, antes de ser destro em fixar e considerar aquelas independentemente deste. A exigência habitual num ensino introdutório da filosofia é que se deve começar pelo existente e, a partir daí, levar a consciência para mais alto, para o pensamento. Mas, nos conceitos da liberdade, é dado o próprio existente e imediato que também já é pensamento, sem prévia anatomia, análise, abstracção, etc.”⁵

Deparamos assim, já de início, em Hegel com dois pressupostos da didáctica filosófica.

a) O *primeiro* é o seguinte: a filosofia lida com conteúdos e problemas determinados, porque “encerra os mais altos pensamentos racionais sobre os objectos essenciais, contém dos mesmos o universal e o verdadeiro”⁶.

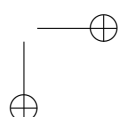
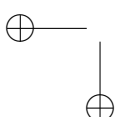
b) O *segundo* sugere que a docência filosófica de iniciação deve incidir nos conceitos que, de uma ou outra forma, possuem afinidade com o íntimo dos discentes.

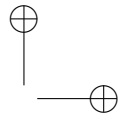
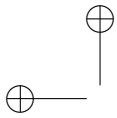
Nada mais alheio, portanto, ao seu procedimento do que a abstracção vazia, a indeterminação, o pensar fortuito, granular e fragmentário, a faculdade cognoscitiva feita vadia ou deixada em situ-

⁴ *Ibidem.*

⁵ *Ibidem*, pp. 366-7,

⁶ *Ibidem*, p. 372.





ação de baldio. Mas é melhor escutar de novo as palavras do filósofo:

“O comportamento tristonho, simplesmente formal, a perene busca e a vagabundagem sem conteúdo, o argumentar ou especular assistemático, têm como consequência a vacuidade de teor, o vazio dos pensamentos nas cabeças, pois estas *nada podem*⁷.”

Insinua-se aqui de um modo implícito, mas consequente,

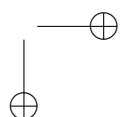
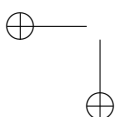
c) um *terceiro* pressuposto: a noção de que a filosofia deve ser objecto de *aprendizagem*; que não há oposição entre aprendizagem e o elemento material em que ela incide; que a intelecção pessoal genuína, o pensar por si mesmo se pode exercitar apenas em semelhante material, o qual “não é produto e composição da fantasia nem de uma intuição, chame-se ela sensível ou intelectual, mas é um *pensamento* e, além disso, um pensamento não se pode aprender de nenhum outro modo a não ser que seja *pensado por si mesmo*”⁸. A filosofia tem, pois, a capacidade de ser ensinada porque, graças à sua determinidade e ao carácter específico das suas questões e dos seus temas, se pode tornar *comunicável*, um *bem comum*⁹. Este ponto é afirmado com força:

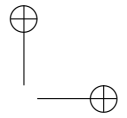
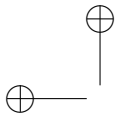
“A filosofia deve *ensinar-se e aprender-se* como qualquer outra ciência. O prurido infeliz de educar a *pensar por si* e para a *produção autónoma* pôs esta verdade na sombra – como se, ao aprender o que é substância, causa ou seja o que for, *eu* não pensasse *por mim mesmo*, como se *eu* não *produzisse por mim mesmo* estas determinações no meu pensar, mas as mesmas lhe fossem arrojadas como *pedras* – como se, além disso, quando examino a sua verdade, as provas das suas relações sintéticas, ou a sua transição dialéctica, eu *mesmo* não fizesse tal exame, não me convencesse a mim mesmo de tais verdades – como se, ao familiarizar-me com

⁷ *Ibidem*.

⁸ “Sobre o ensino da filosofia nas universidades”, in *Propedêutica Filosófica*, p. 383.

⁹ *Ibidem*.





o teorema de Pitágoras e com a sua demonstração, *eu mesmo* não conhecesse este teorema e não demonstrasse a sua verdade¹⁰.”

E Hegel faz mesmo um paralelo entre a disciplina filosófica e os outros ramos do saber, ao mesmo tempo que admite um nexo imanente do ensino da filosofia com a formação científica em geral. Vejamos:

“Uma filosofia formada cientificamente já dentro de si mesma faz justiça ao pensar determinado e ao conhecimento profundo; e o seu *conteúdo*, o universal das relações espirituais e naturais, *induz por si* imediatamente às *ciências positivas*, as quais mostram este conteúdo em forma concreta, em mais amplo desenvolvimento e aplicação, de tal modo que o estudo de tais ciências se mostra, ao invés, como necessário para uma concepção mais profunda da filosofia¹¹.”

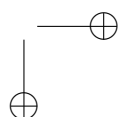
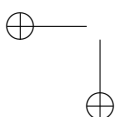
Não espanta, pois, que o filósofo, num dos seus discursos de encerramento do ano escolar, aduza uma outra ideia inesperada, aparentemente brutal para a nossa sensibilidade hodierna, pós-moderna e avessa à autoridade (geralmente sempre mal entendida) – cultora, quase até à idolatria, da subjectividade e da espontaneidade pessoais irrefreadas –, mas de profundo efeito, pois implica e aponta para o papel decisivo da *mediação*, categoria determinante e muito realçada no âmbito da hermenêutica. Ideia brutal porque, embora a filosofia hegeliana seja uma filosofia da liberdade, realça com energia o que se pode considerar

d) o *quarto* pressuposto do ensino em geral: a *obediência* (ou seja, o cumprimento dos deveres para com os outros, a lição da realidade, a vinculação empenhada e construtiva ao social e ao político, o fomento da responsabilidade). Eis como se exprime o filósofo:

“O fim principal da educação consiste na erradicação das próprias fantasias, pensamentos e reflexões que a juventude pode ter e

¹⁰ “O ensino da filosofia nos ginásios”, *Ibidem*, pp. 372-3.

¹¹ “O ensino da filosofia nas universidades”, *Ibidem*, p. 384



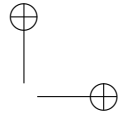
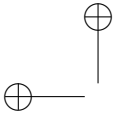
fazer, e do modo como de si as consegue tirar; tal como a vontade, também o pensamento deve começar pela obediência¹².”

Entendamo-nos. Hegel refere-se ao devaneio, àquele cismar trânsfuga e foragido que nasce do capricho e é simples tradução da subjectividade inculta, má, imediatista, não trabalhada e moralmente imatura, além de gregária e passivamente sujeita à mentalidade de grupo e à “opinião pública” ingénuo ou acrítica¹³;

àquilo que nós, hoje, sabemos da dimensão ideológica que há na consciência humana como componente inextinguível e refractária à total extirpação – mas a que não devemos indiferentemente abandonar-nos. Realça, por contraste, não a recepção inerte, mas

¹² *Nürnberger und Heidelberger Schriften 1808-1817* (stw 604), Francoforte, Suhrkamp 1986, p. 332.

¹³ Sobre a opinião pública pondere-se o excepcional juízo que dela faz John H. Newman: “I am not so irrational as to despise Public Opinion; I have no thought of making light of a tribunal established in the conditions and necessities of human nature. It has its place in the very constitution of society; it ever has existed, it ever will exist, whether in the commonwealth of nations, or in the humble and secluded village. But wholesome as it is as a principle, it has, in common with all things human, great imperfections, and makes many mistakes. Too often it is nothing else than what the whole world opines, and no one in particular. Your neighbour assures you that every one is of one way of thinking; that there is but one opinion on the subject; and while he claims not to be answerable for it, he does not hesitate to propound and spread it. In such cases, every one is appealing to every one else; and the constituent members of a community one by one think it their duty to defer and succumb to the voice of that same community as a whole.” (...) “Public Opinion {4} especially acts upon the imagination; it does not convince, but it impresses; it has the force of authority, rather than of reason; and concurrence in it is, not an intelligent decision, but a submission or belief.” (...) “Arguments are the fit weapons with which to assail an erroneous judgment, but assertions and actions must be brought to bear upon a false imagination. The mind in that case has been misled by representations; it must be set right by representations. What it asks of us is, not reasoning, but discussion. In works on Logic, we meet with a sophistical argument, the object of which is to prove that motion is impossible; and it is not uncommon, before scientifically handling it, to submit it to a practical refutation;—*Solvitur ambulando*.” (...). [Cfr. [Newman Reader. His Written Works](#)]



a auto-actividade na apreensão e a força na sua aplicação. Só assim um conhecimento se torna propriedade nossa; pelo contrário, o predomínio da divagação própria nunca trará nem o treino e a ordem ao pensar nem a conexão e a consequência ao conhecimento¹⁴. Daí, a insistência no carácter *ensinável* da filosofia.

“Por muito que o estudo filosófico seja em si e para si um fazer por si mesmo, é igualmente uma *aprendizagem* – a aprendizagem de uma ciência *já existente*, formada. Esta é um património de conteúdo adquirido, formado, elaborado; este bem hereditário deve ser adquirido pelo indivíduo, isto é, ser *aprendido*¹⁵.”

Escopo do ensino será então eliminar a peculiaridade ou idiossincrasia natural do pensar, a contingência, a arbitrariedade e a particularidade divagante da opinião, de modo a preparar o ingresso próprio na via da ciência e da cultura do ânimo ou da subjectividade pessoal transfigurada. O pensamento principiante virar-se-á, portanto, na sua obediência, na disciplina, para o produto resultante do trabalho do génio pensante de todas as épocas, para as grandes obras da cultura e da ciência, para o pensar livre e criativo dentro das instituições, já que os seus pensamentos ultrapassam o que um jovem não formado produz com o *seu* pensar ainda tosco e inculto. E Hegel continua:

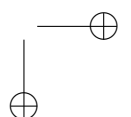
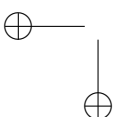
“A representação originária, peculiar, da juventude sobre os objectos essenciais é, em parte, inteiramente pobre e vazia, em parte, porém, na sua infinitamente maior parte, é *opinião, ilusão, imperfeição, incerteza, indeterminação*. Graças à aprendizagem, para o lugar dessas ilusões vem a verdade¹⁶.”

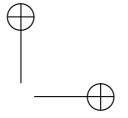
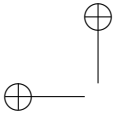
Não se trata, claro está, de um mero esforço de repriminção, de evocação e reactualização amorfa do passado, do que já por outros foi pensado. Tal não é simplesmente possível, segundo o nosso filósofo. Sentem-se antes pulsar aqui alguns dos pressupostos fun-

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ “O ensino da filosofia nos ginásios”, *Propedêutica*, p. 373.

¹⁶ *Ibidem*.





damentais da sua filosofia que, olhada sob um certo prisma e ao longo das suas várias obras e cursos, se poderia considerar também em parte como uma antropologia dinâmica e uma pedagogia da transformação incessante, segundo as exigências do tempo e o apelo da hora. São eles: a intersubjectividade essencial do espírito, a radicação da autoconsciência no *reconhecimento* de si e do outro em pleno mundo, ou seja, na esfera do *ético*, logo, à luz de imperativos e no esforço aturado e ininterrupto da superação do momento puramente natural, do capricho e das suas apetências vagabundas. De nenhum modo se deve esquecer que o carácter essencialmente intersubjectivo e ético do espírito é uma tese fundamental da *Fenomenologia do Espírito*!

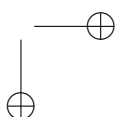
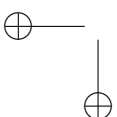
É sem surpresa da nossa parte que Hegel, em ligação com a tarefa árdua da educação intelectual no seu todo, da formação humana integral (*Bildung*), remeta para uma expressão própria da vida mística e aluda à “noite escura”. São estas as suas palavras:

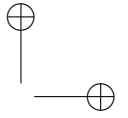
“No tocante ao ensino da filosofia nos Ginásios, o essencial é, em primeiro lugar e antes de mais, a forma *abstracta*. A juventude deve, primeiro que tudo, esquecer o ver e o ouvir, deve subtrair-se à representação concreta, retirar-se para a íntima noite da alma, deve aprender a ver neste plano, a estabelecer e a distinguir determinações¹⁷.”

Ou ainda noutra lugar:

“Pensar é o *ir-para-dentro-de-si* do espírito e, assim, transformar em *objecto* o que ele é enquanto intuí; é o *recolher-se* em si e, deste modo, *separar-se de si*. (...). Eis o que constitui o trabalho infinito do espírito: retirar-se da sua *existência imediata*, da *vida natural feliz*, para a *noite* e a *solidão da autoconsciência* e, a partir da sua força e do seu poder, *reconstruir* pensando a realidade efectiva e a intuição dele separadas. A partir da natureza da coisa, esclarece-se que justamente a vida natural imediata constitui o contrário do que seria a filosofia, um reino da inteligência, uma

¹⁷ *Ibidem*, p. 374.





transparência da natureza para o pensamento. Semelhante discernimento não se constitui assim tão facilmente *para o espírito*. A filosofia não é *um sonambulismo*, é antes a consciência mais desperta, e o seu despertar sucessivo é justamente a elevação de si mesmo para lá dos *estados da unidade imediata com a natureza* – uma elevação e um trabalho que, enquanto diferença incessante de si em relação a si, para suscitar de novo a unidade mediante a *actividade do pensamento*, incidem no decurso de uma época e, claro está, de um *longo tempo*¹⁸.”

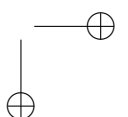
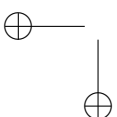
A filosofia pode então, mediante a familiaridade e o trato circunspecto com os seus objectos essenciais, revestir um carácter propedêutico universal, jamais *edificante* ou de carácter devoto, que iniba os desvios obscuros, a tentação do fútil e do trivial e sensibilize para o que realmente tem valor.

“Como ciência propedêutica, a filosofia deve sobretudo proporcionar a educação formal e o exercício do pensar; só conseguirá isso mediante o total afastamento do fantasmal, por meio da determinidade dos conceitos e de um procedimento consequente e metódico; deve poder conservar esse exercício numa elevada medida como a matemática porque, como esta, não tem um conteúdo sensível¹⁹.”

É possível, sem dúvida, optar-se na instrução por uma via *natural* (começar pelo sensível, pelo concreto, extrair e elevar este ao abstracto por meio da análise) ou por um caminho *científico* e abstracto (conforme à coisa, porque o puro, o mais alto, o verdadeiro é *natura prius* [anterior segundo a sua natureza], é mais simples, de mais fácil compreensão, e está subtraído à realidade sensível, que é fonte de dispersão e de distração). Mas, em rigor, tal alternativa não é ainda suficiente, já que o fito da filosofia é encaminhar-se, através do dialéctico (o movimento dinâmico da realidade, sempre plural, complexa e contrastada), para o elemento *especulativo*,

¹⁸ *Introdução à História da Filosofia*, Lisboa, Edições 70, 1991, pp. 52-3.

¹⁹ “O ensino da filosofia nas universidades”, *Ibidem*, p. 384.



a saber, “o conhecimento do *oposto na sua unidade* – ou, mais exactamente, que os opostos são, na sua verdade, um só²⁰.” O especulativo é, portanto, o mais difícil, e do espiritual (do direito, da autoconsciência e do prático em geral) “não se pode proferir *uma* palavra a não ser especulativa, pois ele é a unidade consigo no ser-outro”²¹.

Aqui se vem inserir

e) um *quinto* e último pressuposto da didáctica hegeliana: a *alienação* [exteriorização, êxodo, saída de si] como condição do progresso formativo. Ostenta uma ligação interna com o pressuposto da *mediação*, já antes mencionada a propósito da obediência como ponto de partida do pensamento. É esta uma ideia rica de consequências, e que se veio a revelar de grande fecundidade na hermenêutica, como se pode ver, por exemplo, na obra de H. G. Gadamer e de Paul Ricoeur.

Em que consiste semelhante alienação e qual o seu fito? Por um lado, é insubstituível como factor intrínseco do percurso da cultura do ânimo, é o eixo de toda a vida espiritual e da genuína humanização. Esta exigência de separação de si, esta “ilusão necessária de ter de buscar primeiro a profundidade na forma da alienação”, de nos arrancarmos à arbitrariedade e ao marasmo subjectivo, ao meio em que nos encontramos mergulhados e ao qual, de novo, voltamos, mas já transformados, está ao serviço da verdadeira objectivação espiritual.

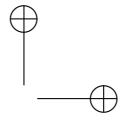
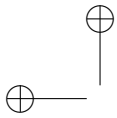
“Para se tornar *objecto*, a substância da natureza e do espírito deve a nós contrapor-se, deve assumir a figura de algo estranho²².”

Seria uma cisão dolorosa, se assentasse apenas no distanciamento do mundo dos sentimentos, dos vínculos individuais, do amor e da confiança. Na realidade, porém, restringe-se fundamentalmente ao âmbito intelectual.

²⁰ *Ibidem*, p. 375.

²¹ “O ensino da filosofia nos ginásios”, *Ibidem*, p. 385.

²² *Nürnberger und Heidelberger Schriften 1808-1817*, p. 321.



“Para a alienação, que é a condição da formação teórica, esta não requer a dor moral, o sofrimento do coração, mas apenas a dor mais leve e o esforço da representação em se ocupar de algo não-imediato, de algo estranho, de algo atinente à recordação, à memória e ao pensar²³.”

O não-imediato era aqui, neste contexto e na insinuação de Hegel, o mundo, a língua e a literatura dos Antigos, mas, de facto, pode alargar-se aos produtos mais castiços e válidos de toda a actividade intelectual e espiritual. Por outro lado, esta salutar alienação enquanto condição para a si mesmo se chegar, é um rodeio necessário e longo, um corolário da natureza intersubjectiva do espírito e da verdadeira antropogénese, que consiste em ser capaz de se pôr no lugar do outro. Expressa o liame e a endentação das consciências, o nexa essencial entre espírito subjectivo e espírito objectivo, entre o psiquismo individual e a cultura, entre o indivíduo e a sua comunidade histórica de destino, entre cada um e todas as obras do espírito humano ou todas as filosofias, seja qual for a sua época, pois as abarca e consorcia uma certa “contemporaneidade”.

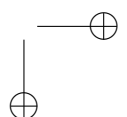
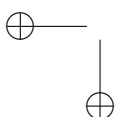
“A formação científica tem em geral sobre o espírito o efeito de o separar de si mesmo, de o arrancar ao seu imediato ser determinado natural, à esfera constricta do sentimento e do impulso, e de o situar no pensamento, pelo qual ele obtém uma consciência para além da retroacção, aliás, apenas necessária, instintiva, sobre as impressões externas e, graças a esta libertação, se converte no poder sobre as representações e sensações imediatas; essa libertação constitui o fundamento formal da acção moral²⁴.”

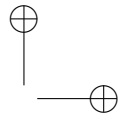
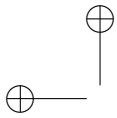
Curiosamente, algo de parecido – mas ainda sob a ressonância de Hegel – dizia Karl Marx a propósito da humanização dos sentidos do homem social, em que todos temos de nos transformar:

“Só através da riqueza objectivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da

²³*Ibidem.*

²⁴*Ibidem*, p. 348.





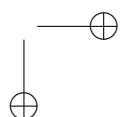
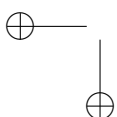
sensibilidade subjectiva *humana* (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, em suma, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades *humanas*). De facto, não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra, a sensibilidade *humana* e o carácter humano dos sentidos, que vêm à existência mediante a existência do seu objecto, através da natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior²⁵.”

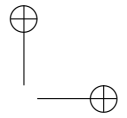
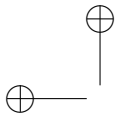
2. Pertinência da visão hegeliana na sua valência pedagógica

Não foi em vão o percurso feito. Adquirimos pelo caminho algumas noções importantes, com projecção na temática do ensino da filosofia, na sua relevância e no seu significado. Como se disse, deixa-se de lado o horizonte complexivo do sistema hegeliano, não se atende à sua concepção orgânica da razão e à correspondente concepção da filosofia como disciplina imperial e árbitro da totalidade da cultura, que já provinha de Kant; desconta-se igualmente o ideal clássico da *Bildung*, idealizante e nimbado de uma certa candura quanto às condições ambíguas e confusas das situações sociais em que se desenrola, além de pronunciadamente eurocêntrico e ainda demasiado tributário de um sujeito epistémico envolvido numa aura quase divina – de certa forma uma ilusão transcendental da modernidade. Semelhante ideal afigura-se hoje, segundo Theodor W. Adorno, irrecuperável:

“No mundo administrado... as virtudes da personalidade – juízo independente, desenvolvimento omnilateral das forças, resistência

²⁵ *Manuscritos económico-filosóficos*, trad. Artur Morão, Lisboa, Edições 70, 1989, II Manuscrito, p. 199.





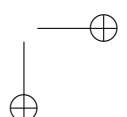
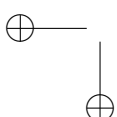
contra o que é imposto simplesmente a partir de fora, imersão paciente em si mesmo – não mais são honradas, antes parecem areia na máquina²⁶.”

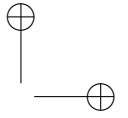
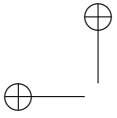
Que conseguimos, então? Estas ideias simples, mas centrais: A filosofia não é uma mera terapêutica ou obstétrica das palavras (não obstante o valor e a verdade parcial desta posição), lida com problemas e objectos essenciais (direito, justiça, sentido do ser e da existência, etc.); estes objectos, conquanto universais, têm (e devem ter) uma implantação no íntimo dos discentes; porque provida de conteúdos, a filosofia é susceptível de aprendizagem; como aprendizagem, porém, tem alguma ligação com a ‘obediência’, isto é, com a inserção inteligente e atenta na tradição ou nas tradições em que se inscreve, com a visão das coisas mais ou menos articulada no seio de uma civilização, com a comunidade de que se é membro, não decerto para lhes sujeitar servilmente os discentes ou quem filosofa, mas para visar a liberdade e a autonomia na responsabilidade do agir e do pensar, pois todo o acto de pensamento tem consequências, quanto mais não seja por omissão, se lhe faltar a energia para mover à acção e gerar efeitos na realidade. No entanto, só é possível chegar aqui, através de um certo sacrifício do concreto, pela ablação da superstição do imediato, das ilusões próprias, da sofreguidão sensualista, da subjectividade não aberta ao consenso e ao respeito pelo objecto, à negociação social e inter-individual, em última análise, mediante a necessária alienação no outro, condição de toda a maturação pessoal e, por conseguinte, também intelectual.

* * *

Há ainda outros pontos salientes, que ficam por desenvolver.

²⁶“Aktualität der Erwachsenenbildung” (1956), in *Werke*, XX,1, Francoforte, Suhrkamp p.328.





Primeiro, a relevância do que se poderia chamar de “princípio da heterogeneidade”, ou seja, a composição das múltiplas determinações, forças, energias, influências que nos atravessam e repartem, o abismo dos “muitos” que há em nós; daí o necessário reconhecimento da multiplicidade intrínseca que nos habita, afirmada repetidamente por Hegel, e que importa trazer à unidade e coligir na autoconfiguração do Si mesmo.

Também já o nosso P. António Vieira, a este respeito, afirmava:

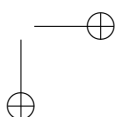
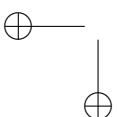
“A maior coisa que pode fazer o homem é ser um. Cada homem ordinariamente é tantos homens quantas são as diferenças da idade, ou as mudanças da fortuna, a que o leva o tempo [...]. Somos homens tão pouco parecidos na vida, não já uns com os outros, senão cada um consigo mesmo, que se nos houveram de conhecer pelas acções, como pelas feições, de um dia para o outro não houvera quem nos conhecesse”²⁷.

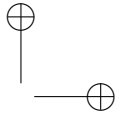
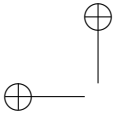
Em seguida, a necessidade de repensar o vínculo intrincado, mas real, entre o singular e o universal, entre o pensar por si, a razão e a autoridade que se deve impor e recomendar pela competência, e não pela manipulação ou pelo contágio anónimo, como hoje ocorre pela “ditadura branda” e desumanizante dos meios de comunicação.

Em terceiro lugar, a construção do saber, e não só, como tarefa comunitária em que a criatividade, a invenção pessoal, passa pelo confronto e pela autenticação de múltiplos auditórios segundo a sua especificidade, pelo incessante intercâmbio e pela troca do pensamento próprio com o pensar dos outros.

Também ainda a “contemporaneidade” perene das grandes criações culturais que, pela sua estranheza, pelo contraste, como desafio e incentivo à penetração na indiscernibilidade do nosso presente, porque infectado de elementos ideológicos que nos roubam a lucidez, nos privam do rosto e nos ofuscam o olhar, podem aju-

²⁷ A. VIEIRA, in *Sermão das Exéquias do Conde de Unhão D. Fernão Telles de Menezes*.





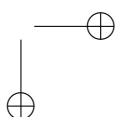
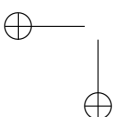
dar a descobrir o que realmente importa, além de nos expandirem o ser, sempre coarctado pela jaula de ferro dos condicionamentos civilizacionais.

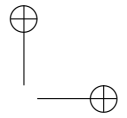
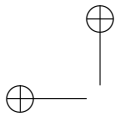
Por último, a “humanização” mais radical, que exige a saída de si, o trânsito pelo mundo e pelas coisas, mas não em termos de mera fruição egoísta, antes de respeito e apreço, de reverência e serviço, de uso circunspecto e contemplação. No fundo, sem tal “alienação”, sem esse desvio pelas mediações, de que também fala P. Ricoeur, não se chega à avaliação sadia das entidades, dos eventos, dos outros, ao reconhecimento da forma e do recorte do real nos seus múltiplos veios e níveis, no seu enlaçamento, na sua respiração conjunta. Este périplo sob o impulso da abertura atenta ao “outro” é o garante da autêntica objectividade e da verdade possível. De facto, já para Kant, sobretudo para Hegel e, na dependência deste, também para H.G. Gadamer, a ‘formação’ ou a verdadeira cultura consiste em ser capaz de se transferir para o ponto de vista do outro, em saber modelar e ajustar a subjectividade própria às exigências ou às necessidades do “outro”; por extensão, também à especificidade de cada coisa.

Diz, de facto, o filósofo:

“Pertence, ademais, à cultura o sentido para o *objectivo na sua liberdade*. Consiste em que eu não busco no objecto o meu sujeito particular, mas considero e trato os objectos como são em si e para si, na sua peculiaridade livre, e me interesso por eles sem uma particular utilidade. – Semelhante interesse desinteressado reside no *estudo das ciências*, sobretudo quando se cultivam por si mesmas. O desejo de tirar utilidade dos objectos da natureza está ligado à sua destruição. – Também o interesse pela beleza da arte é desinteressado. Ela representa as coisas na sua independência viva e subtrai-lhes a mesquinhez e a perturbação, que elas sofrem das circunstâncias exteriores²⁸.”

²⁸ *Propedêutica filosófica*, p. 312.





O contrário desta subjectividade humanizada é a subjectividade bárbara ou inculta, que Hegel fustiga, por ex. no prefácio à *Filosofia do direito*²⁹. Há aqui uma espécie de antecipação da crítica do “pós-moderno” (sobretudo nas suas manifestações mais contraditórias e deformadoras), o qual confunde sistematicamente o “íntimo” com o “autêntico”, e cuja exposição despudorada não passa de autodevassa, assumindo, por vezes, um giro pörnico, de mera exibição, de elevação do espúrio a norma. Na realidade, porém, não vai além do cinismo, da sobranceria, da falsa autenticidade – que nada tem a ver com o intento da verdade, com o respeito de si e do outro, e se esgota e desmembra na caricatura.

* * *

Resumindo, poderia ser este o resultado e o imperativo implícito na lição hegeliana acerca do ensino da filosofia, uma vez podada dos seus lineamentos idealistas: tornar-se e ser si mesmo implica passar pelo outro, sair de si e viver no “extra nos” em apropriação crítica, mas empenhada, da realidade, desenvolver a capacidade de se pôr no lugar do outro, de o respeitar à luz da exigência do que o filósofo Donald Davidson caracteriza como o hermenêutico “principle of charity”, e de assimilar as riquezas das suas obras, condutas e atitudes mais conseguidas. Só assim se domará a multiplicidade dispersa, caótica, da nossa subjectividade rude e tendencialmente inumana, que, se não for unificada justamente através deste êxodo de si, apenas nos desumaniza e empobrece, impedindo a conquista serena de si mesmo e mergulhando cada qual numa irresponsabilidade acéfala e numa imaturidade espiritual sem remédio.

²⁹ O leitor poderá ler este texto no electro-sítio: www.lusosofia.net.

